

PLANEJAMENTO PARA EXPANSÃO

100 CARGOS



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETIVO E PREMISSAS

Objetivo: Propiciar melhor compreensão da realidade da demanda visível e capacidade de oferta de serviços pela Defensoria a fim de subsidiar estudos voltados ao:

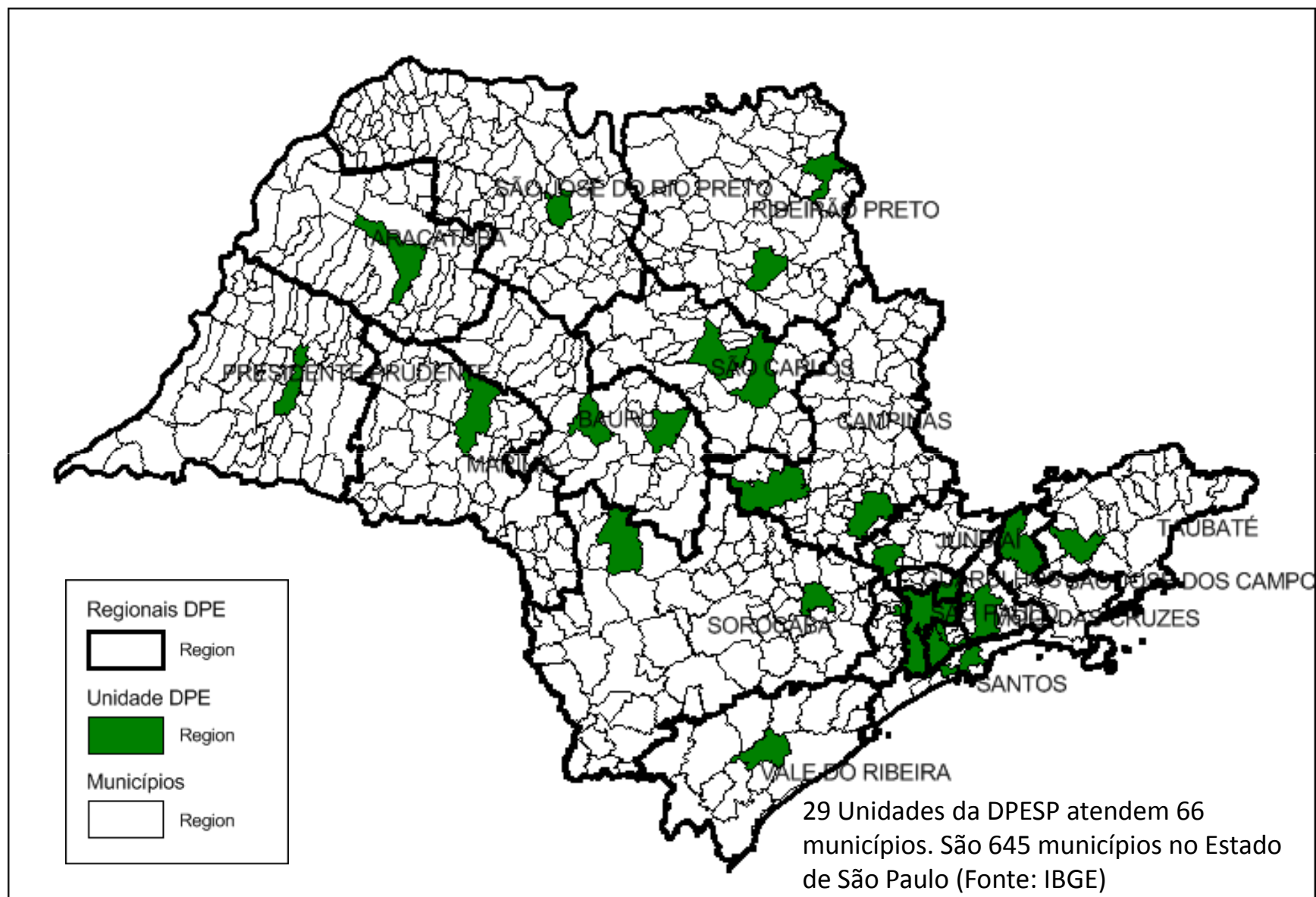
- Planejamento da expansão institucional;

Premissas:

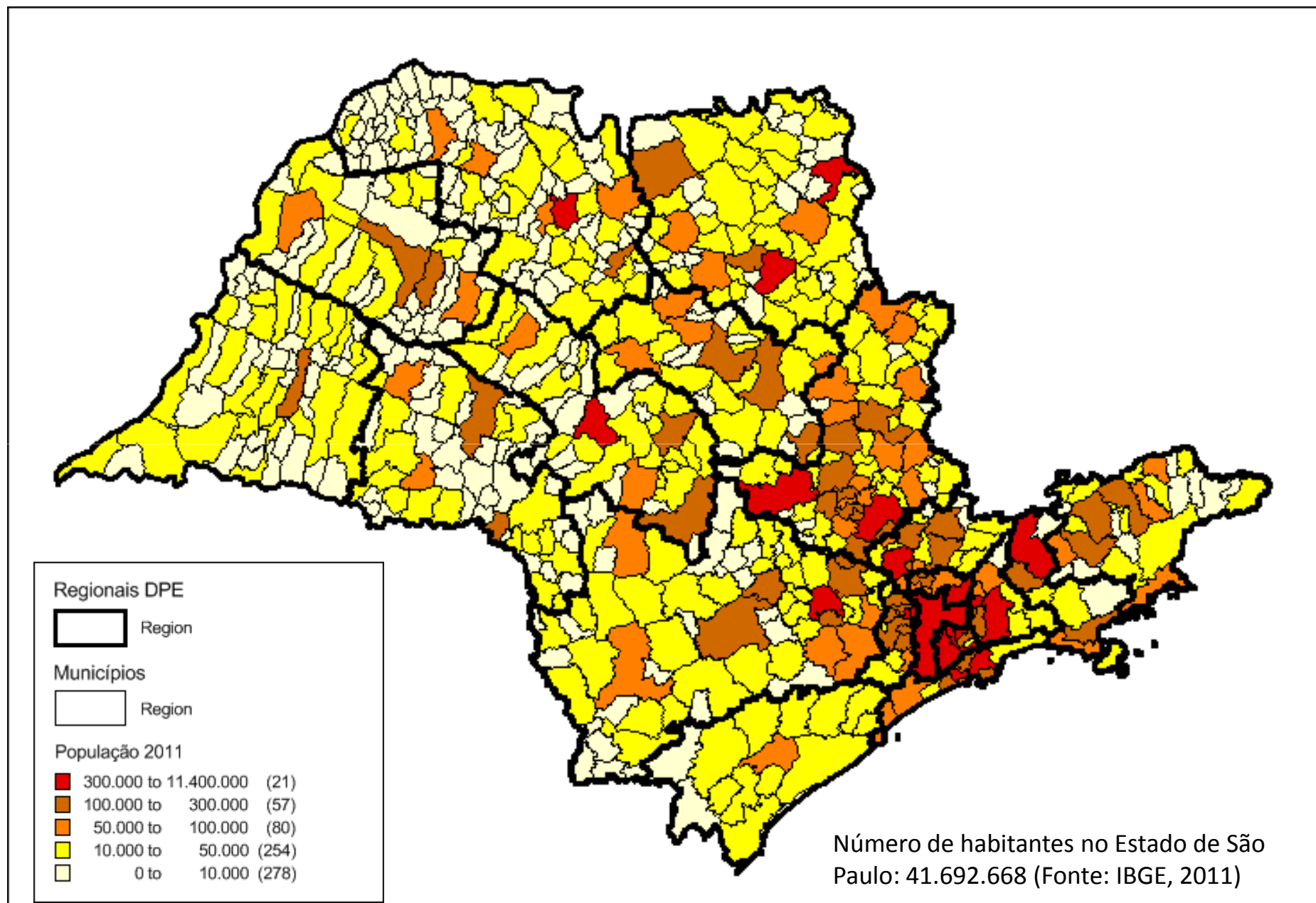
- Comprometimento dos 100 primeiros cargos;
- Sustentabilidade financeira da expansão.

DADOS GERAIS

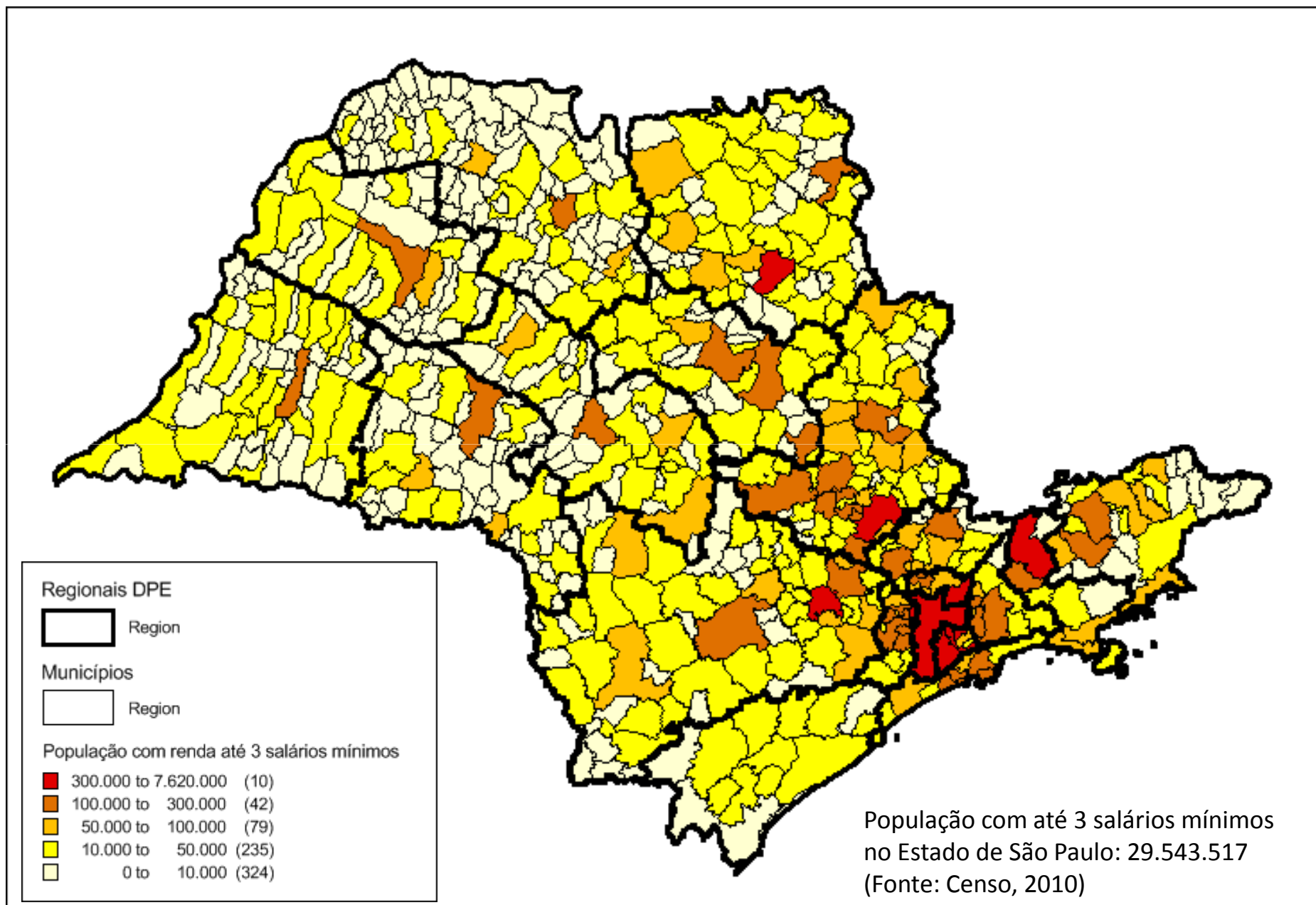
MUNICÍPIOS DO ESTADO



POPULAÇÃO DO ESTADO



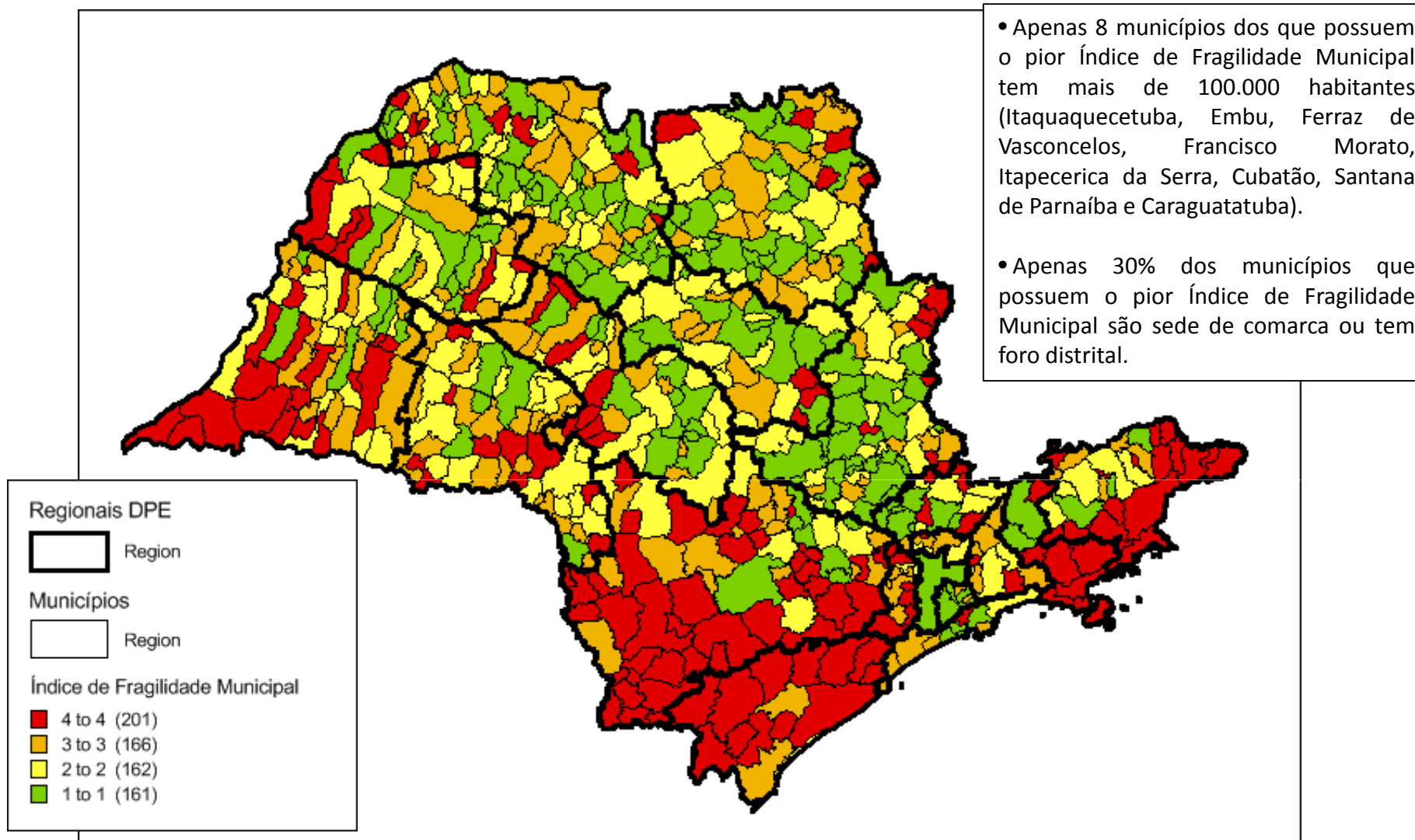
POPULAÇÃO COM ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS



DADOS POPULACIONAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS

Regional	Quantidade de municípios na Regional	População 2011	População com até 3 salários mínimos
ABCD	7	2.570.477	771.760
Araçatuba	43	741.402	384.523
Bauru	44	1.245.865	544.269
Campinas	64	4.801.236	1.701.939
Guarulhos	5	1.698.795	651.570
Jundiaí	20	1.287.266	452.706
Marília	53	1.003.285	546.060
Mogi das Cruzes	12	1.471.688	648.008
Osasco	16	2.732.846	1.041.240
Presidente Prudente	54	848.883	471.440
Ribeirão Preto	62	2.315.197	990.327
Santos	9	1.683.725	558.502
São Carlos	35	1.243.811	512.693
São José do Rio Preto	101	1.538.528	770.412
São José dos Campos	9	1.101.997	370.023
São Paulo	1	11.337.021	3.196.798
Sorocaba	68	2.615.490	1.212.051
Taubaté	29	1.181.174	505.867
Vale do Ribeira	15	273.982	171.412

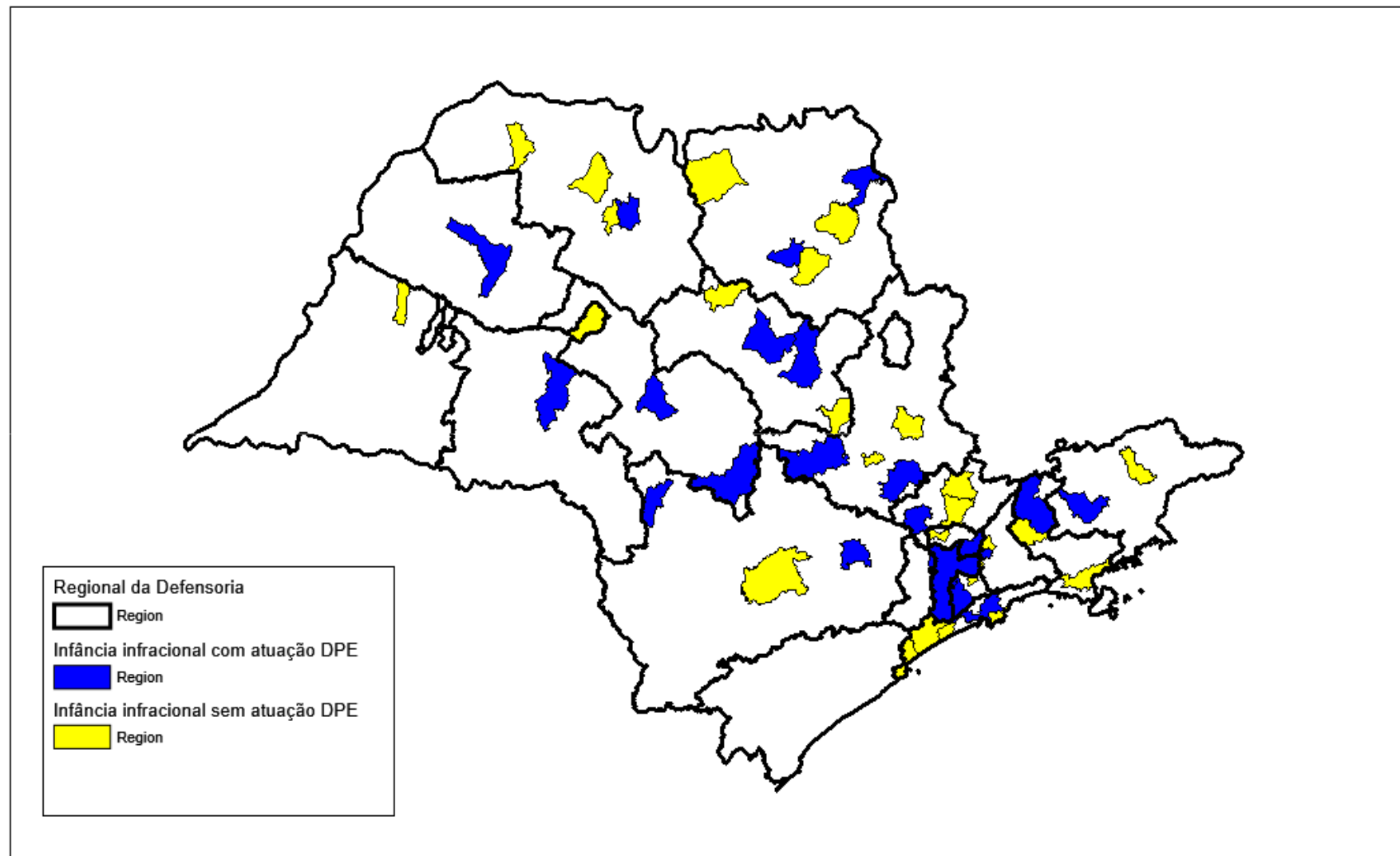
ÍNDICE DE FRAGILIDADE MUNICIPAL



O Índice de Fragilidade Municipal tem o objetivo de identificar a qualidade de vida dos municípios (com escalas de 1: melhor a 4: pior) e é composto pelos seguintes dados: Número de mortes por desnutrição (nos últimos 5 anos); Número de mortes por doenças infecciosas e intestinais (nos últimos 5 anos); Número de mortes por agressão (nos últimos 5 anos); Número de mortes totais (nos últimos 5 anos); Taxa de Mortalidade Infantil (2009 e 2010); Porcentual de crianças desnutridas (2009 e 2010); Cobertura do bolsa família (2009 e 2010); Residências com destinação correta do lixo; Residências com presença de banheiro; Residências com esgotamento sanitário adequado; Renda média e mediana por domicílio; População por sexo; taxa de urbanização; Total de domicílios ocupados (particulares e coletivos; Notas referente à rede pública da 4ª e 8ª séries; IDH Municipal de 2000.

**Mapas e Informações sobre varas, processos e atuação da
Defensoria**

INFÂNCIA INFRACIONAL – EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA



INFÂNCIA INFRACIONAL - MUNICÍPIOS COM EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Regional ABCD
Diadema
Mauá
São Bernardo do Campo

Regional Araçatuba
Araçatuba

Regional Bauru
Bauru
Botucatu

Regional Campinas
Americana
Campinas
Mogi Mirim
Piracicaba

Regional Guarulhos
Franco da Rocha
Guarulhos

Regional Jundiaí
Atibaia
Bragança Paulista
Jundiaí

Regional Marília
Lins
Marília

Regional Mogi das Cruzes
Arujá
Ferraz de Vasconcelos
Itaquaquecetuba

Regional Osasco
Osasco

Regional Presidente Prudente
Pacaembu

Regional Ribeirão Preto
Barretos
Batatais
Franca
Ribeirão Preto
Sertãozinho

Regional Santos
Guarujá
Itanhaém
Mongaguá
Peruíbe
Santos
São Vicente

Regional São Carlos
Araraquara
Rio Claro
São Carlos
Taquaritinga


Regional São José do Rio Preto
Fernandópolis
Mirassol
São José do Rio Preto
Tanabi


Regional São José dos Campos
Caraguatatuba
Jacareí
São José dos Campos

São Paulo
São Paulo

Regional Sorocaba
Cerqueira César
Itapetininga
Sorocaba

Regional Taubaté
Lorena
Taubaté

 com atuação DPE

 sem atuação DPE

MUNICÍPIOS COM VEC RESPONSÁVEL POR ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

Regional ABCD
Diadema
Mauá
Rio Grande da Serra
Santo André
São Bernardo do Campo
São Caetano do Sul

Regional Araçatuba
Andradina
Araçatuba
Birigui

Regional Bauru
Bauru
Jaú

Regional Campinas
Americana
Campinas
Limeira
Mococa
Mogi Mirim
Piracicaba

Regional Guarulhos
Franco da Rocha
Guarulhos
Mairiporã

Regional Jundiaí
Atibaia
Bragança Paulista
Jundiaí

Regional Marília
Assis
Lins
Marília
Ourinhos
Tupã

Regional Mogi das Cruzes
Mogi das Cruzes
Suzano

Regional Osasco
Carapicuíba
Cotia
Itapeverica da Serra
Jandira
Osasco

Regional Presidente Prudente
Dracena
Presidente Prudente

Regional Ribeirão Preto
Barretos
Batatais
Franca
Ribeirão Preto

Regional Santos
Guarujá
Itanhaém
Praia Grande
Santos
São Vicente

Regional São Carlos
Araraquara
Casa Branca
Rio Claro
São Carlos

Regional São José do Rio Preto
São José do Rio Preto


Regional São José dos Campos
Caraguatatuba
Ilhabela
Jacareí
São José dos Campos
São Sebastião


São Paulo
São Paulo

Regional Sorocaba
Avaré
Itapetininga
Sorocaba
Votorantim

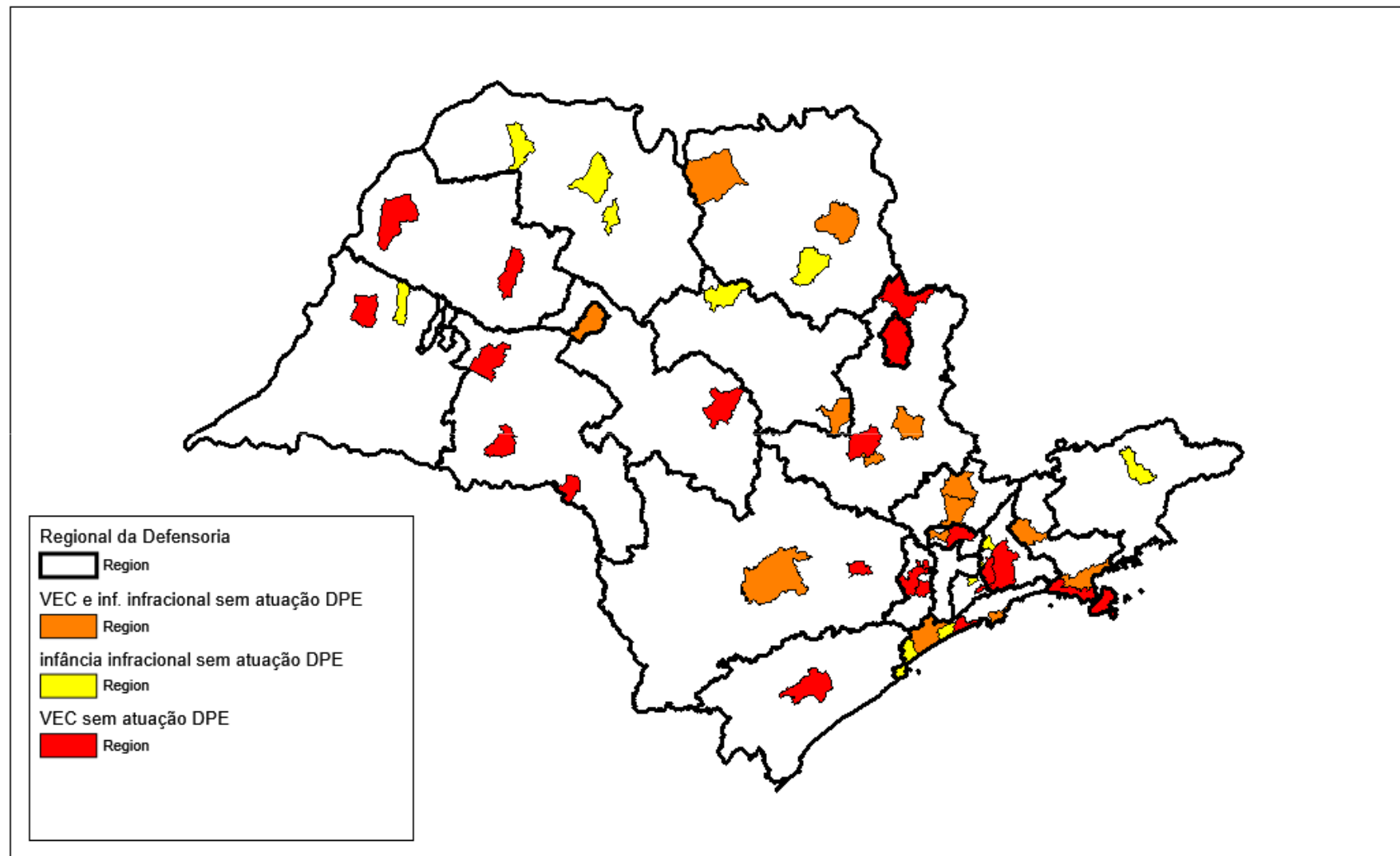
Regional Taubaté
Taubaté

Regional Vale do Ribeira
Registro (Cadeia Pública)

 com atuação DPE

 sem atuação DPE

VEC E INFÂNCIA INFRACIONAL SEM ATUAÇÃO DA DEFENSORIA



MUNICÍPIOS COM VEC E INFÂNCIA INFRACIONAL SEM ATUAÇÃO DA DEFENSORIA

Regional ABCD
Mauá
Rio Grande da Serra

Regional Araçatuba
Andradina
Birigui

Regional Bauru
Jaú

Regional Campinas
Americana
Limeira
Mococa
Mogi Mirim

Regional Guarulhos
Franco da Rocha
Mairiporã

Regional Jundiaí
Atibaia
Bragança Paulista

Regional Marília
Assis
Lins
Ourinhos
Tupã

Regional Mogi das Cruzes
Arujá
Ferraz de Vasconcelos
Mogi das Cruzes
Suzano

Regional Osasco
Carapicuíba
Cotia
Itapeverica da Serra
Jandira

Regional Presidente Prudente
Dracena
Pacaembu

Regional Ribeirão Preto
Barretos
Batatais
Ribeirão Preto

Regional Santos
Guarujá
Itanhaém
Mongaguá
Peruíbe
Praia Grande

Regional São Carlos
Casa Branca
Rio Claro
Taquaritinga


Regional São José do Rio Preto
Fernandópolis
Mirassol
Tanabi


Regional São José dos Campos
Caraguatatuba
Ilhabela
Jacareí
São Sebastião

Regional Sorocaba
Itapetininga
Votorantim

Regional Taubaté
Lorena

Regional Vale do Ribeira
Registro (Cadeia Pública)

 VEC sem atuação DPE

 infância infracional sem atuação DPE

 VEC e infância infracional sem atuação DPE

**VEC E INFÂNCIA INFRACIONAL
ANÁLISE POR REGIONAL E ESTIMATIVA DE CARGOS**

Dados utilizados:

Levantamento junto aos cartórios das varas de execução criminal sobre o número de processos da vec em agosto de 2011.

Os dados foram validados com o número de processos em andamento em dezembro de 2011 fornecidos pelo Tribunal de Justiça. Foram mantidos os dados do levantamento junto aos cartórios, pois os dados do TJ de processos criminais nas varas cumulativas incluem processos do júri e/ou de conhecimento. Em casos de disparidades dos dados dos cartórios e do TJ (ex: casos em que o número de processos do cartório era superior ao número de processos do TJ que inclui processos do júri), utilizou-se o dado do TJ quando a vara era especializada (números destacados com *) e, nos casos de vara cumulativa, foi realizada nova consulta aos cartórios em outubro de 2012 (números destacados com **).

Nos próximos slides constam as seguintes siglas e abreviações:

Vara esp.: Vara especializada de execução criminal

Vara com júri: Vara cumulativa com júri

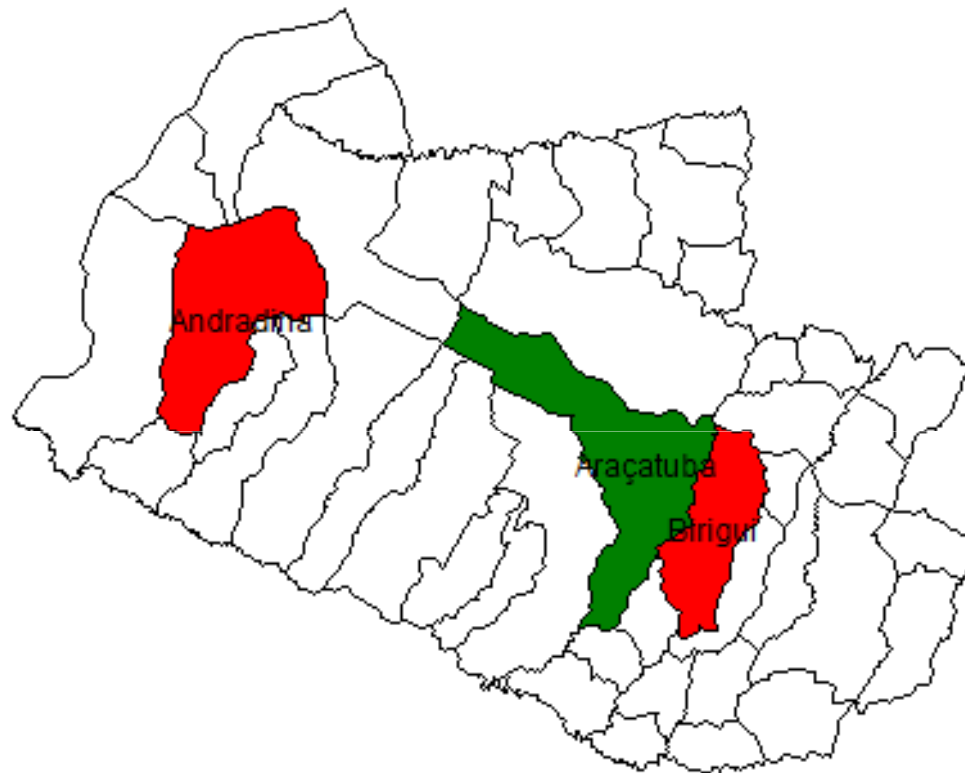
Vara cumulativa: Vara cumulativa com área de conhecimento

MSE: Medida socioeducativa.

ARAÇATUBA

2 cargos

- 1 Defensoria Pública em Araçatuba – atribuição VEC
- 1 Defensoria Pública em Araçatuba – atribuições VEC de Araçatuba, Andradina e Birigui



Unidade da Defensoria

Region

Municípios sem DPE com VEC e infância MSE

Region

Município sem DPE com infância MSE

Region

Municípios sem DPE com VEC

Region

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Araçatuba	Andradina	1400			1		1				
Araçatuba	Araçatuba	18000	2			3	1	747	306	1053	1
Araçatuba	Birigui	1052**			1						

BAURU

1 cargo

- 1 Defensoria Pública em Jaú – atribuições: VEC, família/cível em Jaú e infância MSE Botucatu.

Unidade da Defensoria

 Region

Municípios sem DPE com VEC e infância MSE

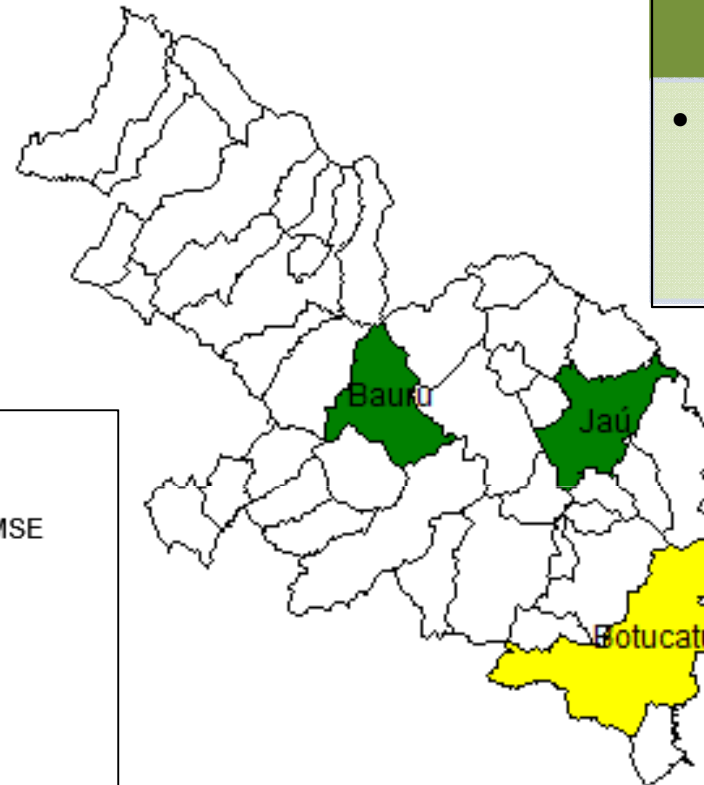
 Region

Município sem DPE com infância MSE

 Region

Municípios sem DPE com VEC

 Region



Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Bauru	Bauru	11970	2			3		501	626	1127	1
Bauru	Jaú	755			1						
Bauru	Botucatu							cartório não informou			Jaú

CAMPINAS

6 cargos

Unidade da Defensoria

 Region

Municípios sem DPE com VEC e infância MSE

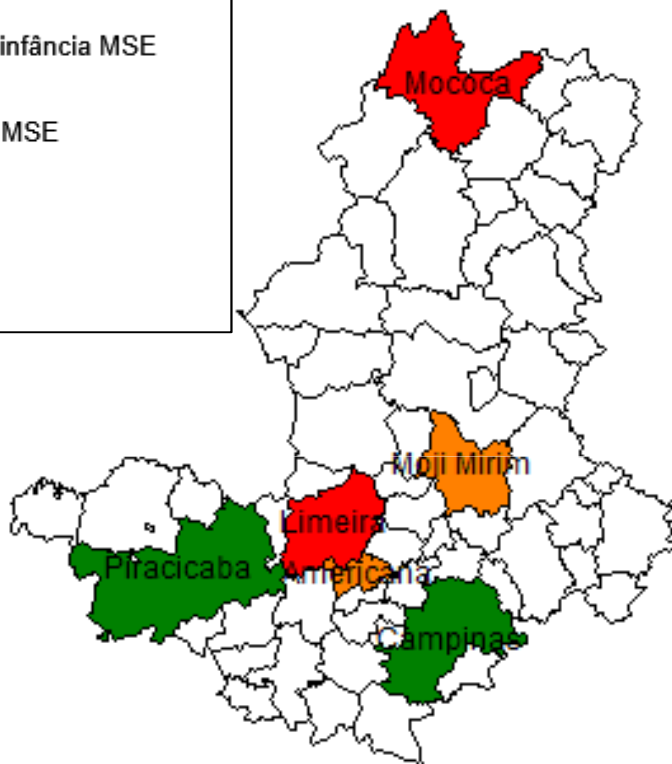
 Region

Município sem DPE com infância MSE

 Region

Municípios sem DPE com VEC

 Region



- 4 Defensorias em Campinas – 3 com atribuição VEC Campinas e 1 com atribuição VEC de Campinas e Mogi Mirim e Infância MSE em Mogi Mirim
- 1 Defensoria em Piracicaba – atribuição infância cível e infracional.
- 1 Defensoria em Americana – atribuição VEC em Americana e Limeira e infância MSE em Limeira.

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Campinas	Americana	1228**		1				1200	968	2168	0
Campinas	Limeira	1722**			1						
Campinas	Campinas	16780	2			1	4	1343	725	2068	1
Campinas	Mogi Mirim	900**			1		OAB	449	158	607	0
Campinas	Mococa	1092			1						
Campinas	Piracicaba	4000		1		1		1200	847	2047	1

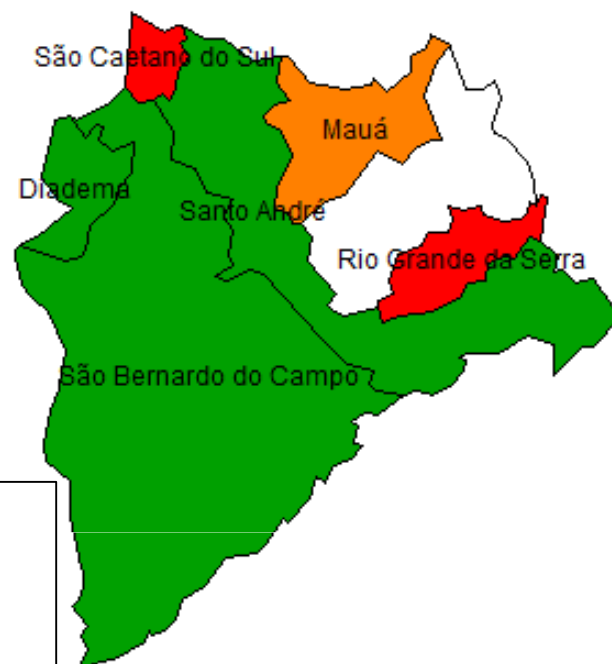
CAPITAL

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
São Paulo	São Paulo	64965**	5			14	3	cartório do DEIJ não informou o número de processos de conhecimento	11000	11000	

16 cargos

- 3 Defensorias na Unidade Execução Criminal da Capital;
- 2 Defensorias na Regional Infância e Juventude (DEIJ);
- 6 Defensorias destinadas ao 2º atendimento e conciliação – formato a se discutir;
- 2 Defensorias na Unidade Fazenda Pública;
- 2 Defensorias na Unidade Butantã – atribuições cível e família;
- 1 Defensoria na Unidade Santana – atribuições cível e família.

GRANDE ABCD



8 cargos

- 1 Defensoria em Santo André – atribuição Infância cível e infracional.
- 3 Defensorias em São Bernardo do Campo: 1 infância cível e infracional; 1 família ; 1 cível.
- 3 Defensorias em Diadema com atribuição família.
- 1 Defensoria em Mauá – VEC e infância cível/infracional.

Unidade da Defensoria

■ Region

Municípios sem DPE com VEC e infância MSE

■ Region

Município sem DPE com infância MSE

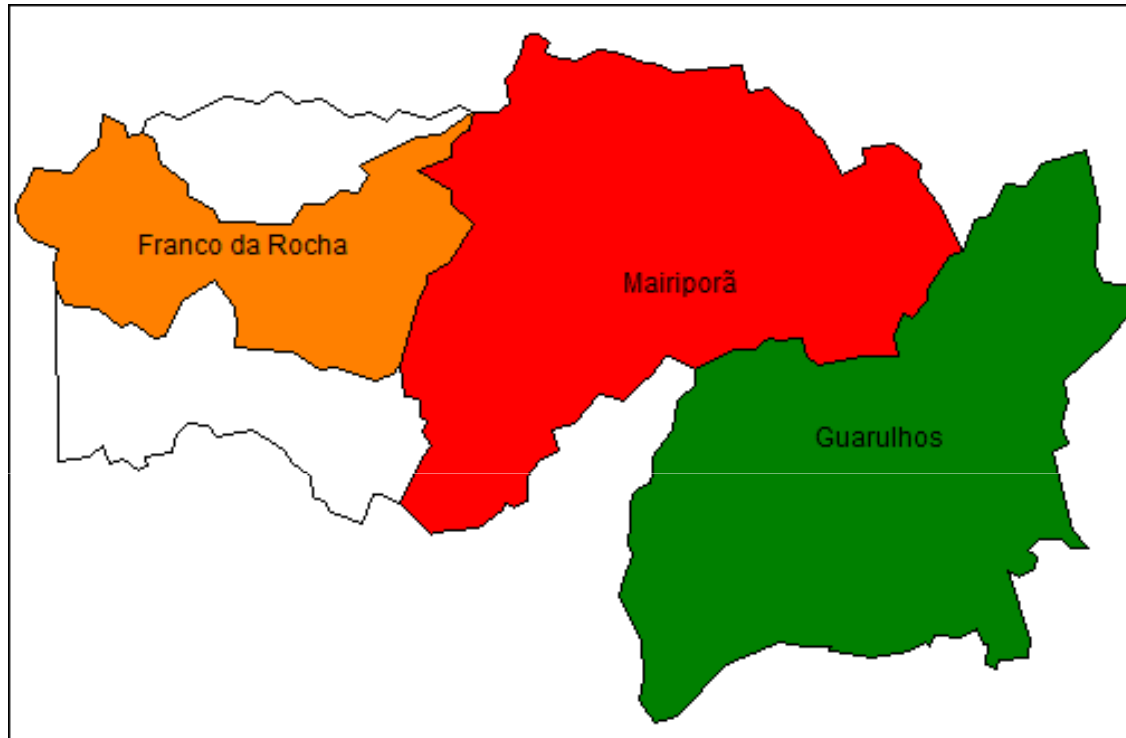
■ Region

Municípios sem DPE com VEC

■ Region

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
ABCD	Diadema	1300		1		1		946	381	1327	1
ABCD	Mauá	2593			1	1		96	795	891	0
ABCD	Santo André	3800		1		1					
ABCD	São Bernardo do Campo	3018		1		1		652	488	1140	4
ABCD	São Caetano do Sul	350			1	1					
ABCD	Rio Grande da Serra	150			1	0					

GUARULHOS



3 cargos

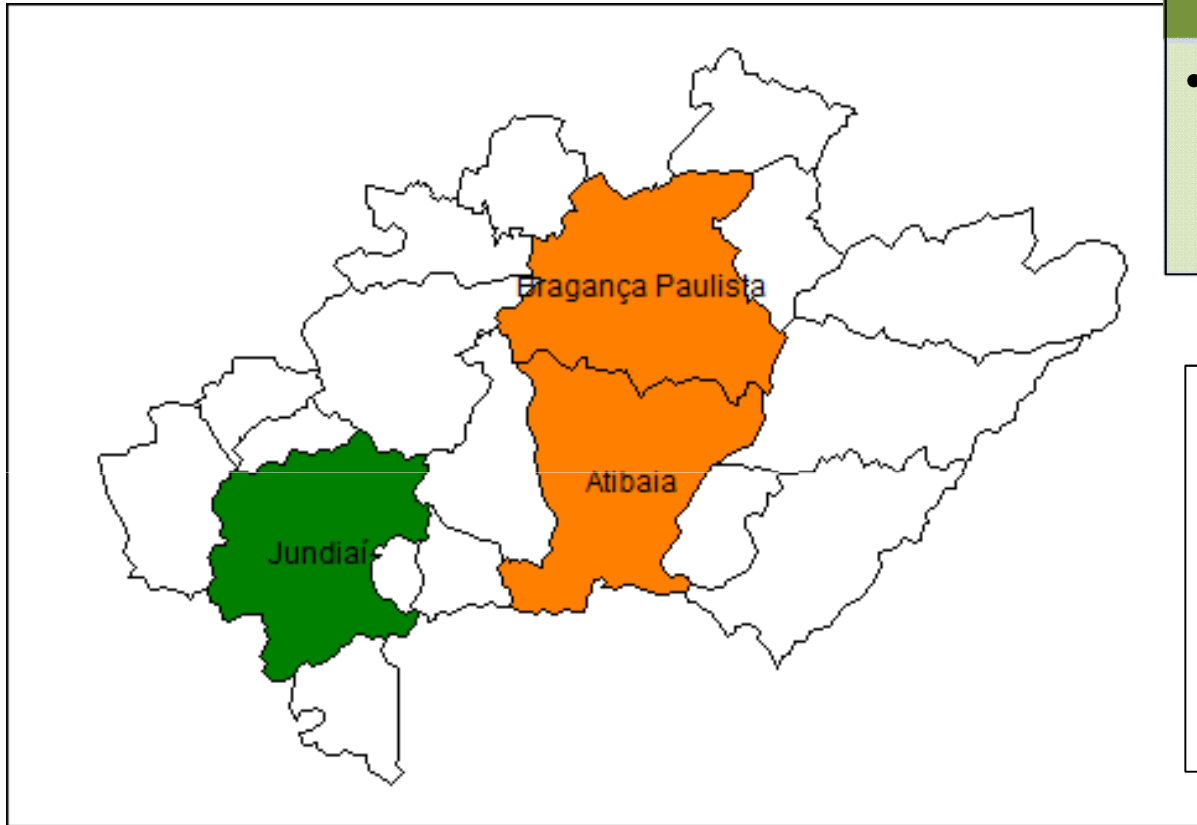
- 1 Defensoria em Guarulhos – atribuições VEC de Guarulhos e VEC de Mairiporã.
- 2 Defensorias em Franco da Rocha: 1 atribuição VEC e 1 atribuição infância cível/infracional.

Unidade da Defensoria

- Region (Green)
- Municípios sem DPE com VEC e infância MSE (Orange)
- Município sem DPE com infância MSE (Yellow)
- Municípios sem DPE com VEC (Red)

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Guarulhos	Franco da Rocha	3432**		1			3	459	76	535	0
Guarulhos	Guarulhos	12000	2			2		cartório não informou		0	1
Guarulhos	Mairiporã	311			1						

JUNDIAÍ



1 cargo

- 1 Defensoria Pública em Bragança Paulista: atribuição VEC e Infância execução de MSE em Bragança e Atibaia.

Unidade da Defensoria

Region

Municípios sem DPE com VEC e infância MSE

Region

Município sem DPE com infância MSE

Region

Municípios sem DPE com VEC

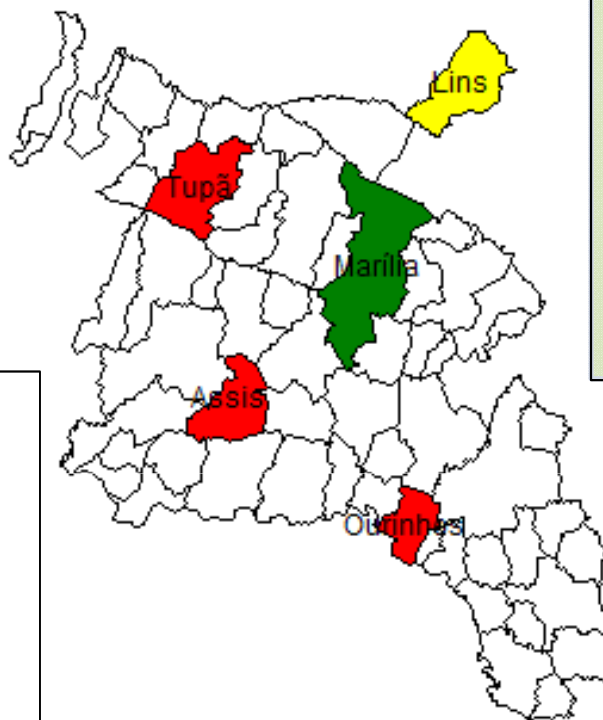
Region

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Jundiaí	Atibaia	1000			1			259	156	415	0
Jundiaí	Bragança Paulista	1000		1				433	202	635	0
Jundiaí	Jundiaí	4966**		1		1		450	340	790	1

MARÍLIA

4 cargos

- 1 Defensoria em Marília – atribuição VEC de Assis + VEC Marília (residual).
- 3 Defensorias em Tupã: 1 VEC Tupã; 1 VEC Tupã e Lins; e 1 Infância Tupã e Lins.



Unidade da Defensoria

■ Region

Municípios sem DPE com VEC e infância MSE

■ Region

Município sem DPE com infância MSE

■ Region

Municípios sem DPE com VEC

■ Region

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Marília	Assis	3200			1						
Marília	Marília	4955	1			1	3	541	146	687	1
Marília	Lins	1464**			1			521	385	906	0
Marília	Tupã	6623	1				2				
Marília	Ourinhos	867			1						

MOGI DAS CRUZES

3 cargos

- 2 Defensorias em Brás Cubas – atribuição cível/família.
- 1 Defensoria Pública em Mogi das Cruzes - atribuição VEC de Mogi e Suzano.

Unidade da Defensoria

 Region

Municípios sem DPE com VEC e infância MSE

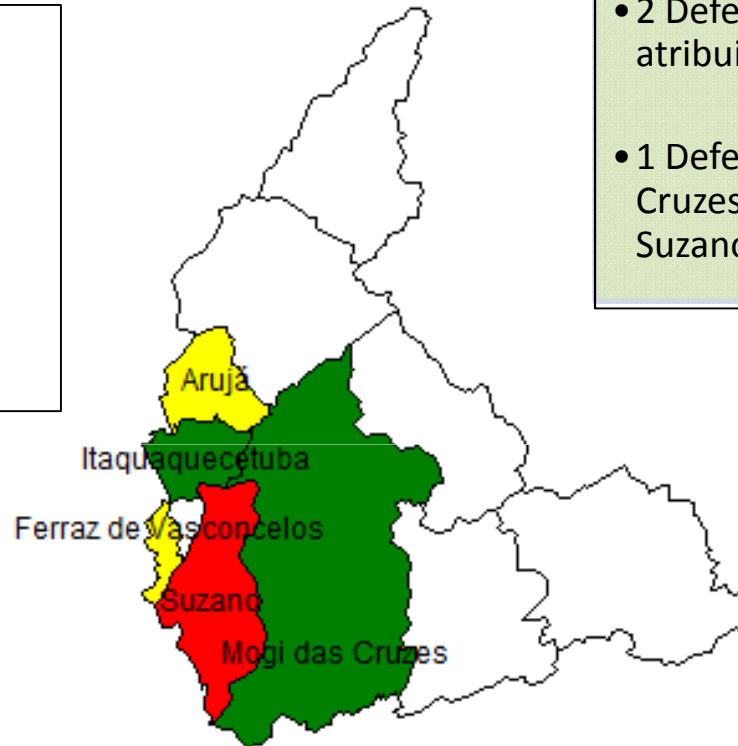
 Region

Município sem DPE com infância MSE

 Region

Municípios sem DPE com VEC

 Region

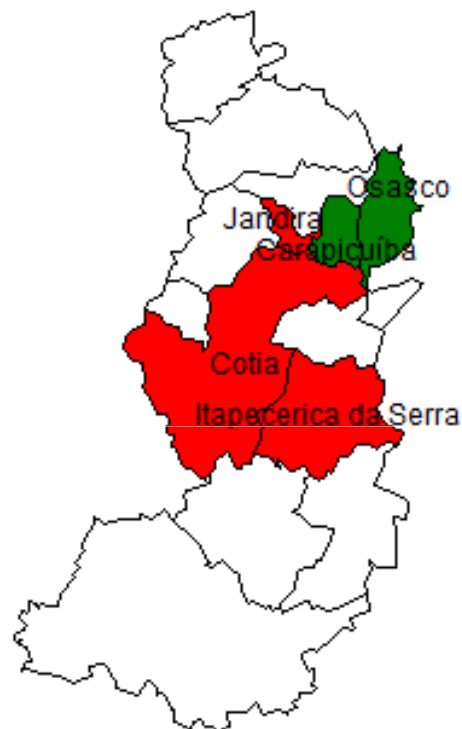


Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Mogi das Cruzes	Arujá							446	312	758	0
Mogi das Cruzes	Ferraz de Vasconcelos							306	339	645	0
Mogi das Cruzes	Itaquaquetuba							253	270	523	1
Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes	2000			1		1				
Mogi das Cruzes	Suzano	2389			1		1				

OSASCO

Unidade da Defensoria

- Region
- Municípios sem DPE com VEC e infância MSE**
- Region
- Município sem DPE com infância MSE**
- Region
- Municípios sem DPE com VEC**
- Region



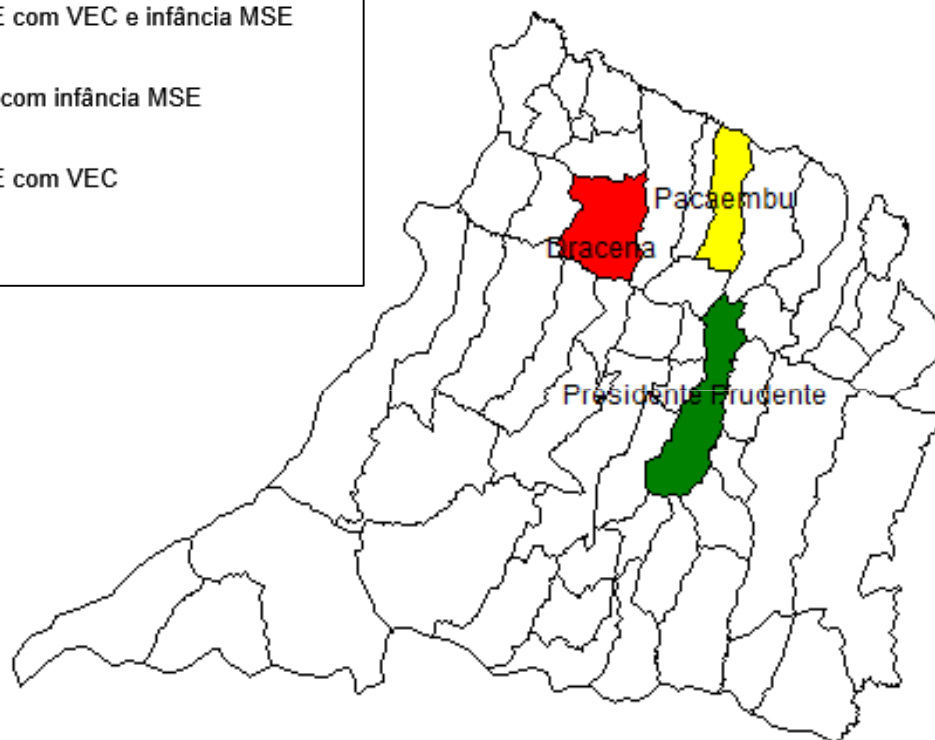
5 cargos

- 2 Defensorias em Carapicuíba: 1 com atribuição na VEC de Carapicuíba, Cotia, Itapequerica e Jandira; e 1 com atribuição cível.
- 3 Defensorias em Osasco: Defensorias Criminais vara singular

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Osasco	Carapicuíba	1900			1		1				
Osasco	Cotia	200			1						
Osasco	Jandira	500			1						
Osasco	Itapequerica da Serra	2000			1						
Osasco	Osasco	4300		1		1	694				

PRESIDENTE PRUDENTE

Unidade da Defensoria	
 Region	
Municípios sem DPE com VEC e infância MSE	 Region
Município sem DPE com infância MSE	 Region
Municípios sem DPE com VEC	 Region

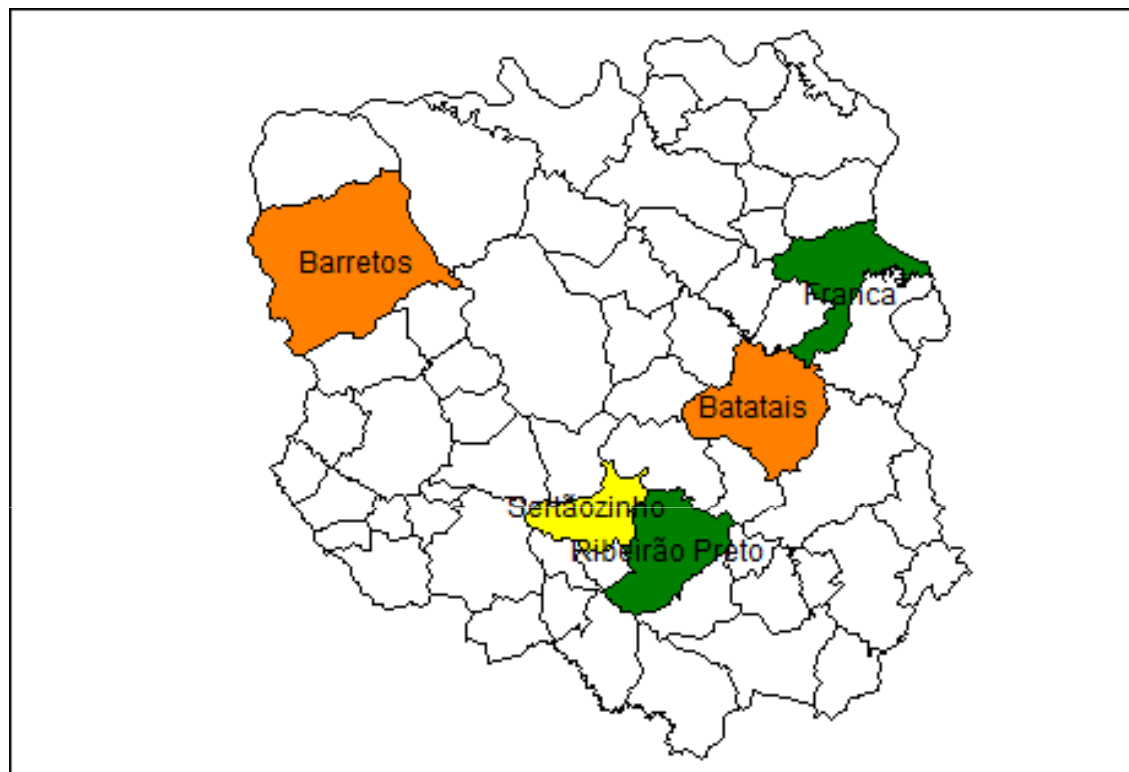


2 cargos

- 2 Defensorias em Prudente: 1 com atribuição VEC em Pres. Prudente; e 1 com atribuição VEC em Dracena e Infância MSE em Pacaembu.

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Presidente Prudente	Dracena	1300			1		1				
Presidente Prudente	Pacaembu							162	75	237	0
Presidente Prudente	Presidente Prudente	12000	2			2					

RIBEIRÃO PRETO



6 cargos

- 4 Defensorias em Ribeirão: 3 Defensoria com atribuição em Varas Criminais de Ribeirão; e 1 VEC Ribeirão e Infância MSE de Sertãozinho
- 1 Defensoria Franca – cível/família Franca
- 1 Defensoria Barretos – VEC e Infância em Barretos

Unidade da Defensoria

■ Region

Municípios sem DPE com VEC e infância MSE

■ Region

Município sem DPE com infância MSE

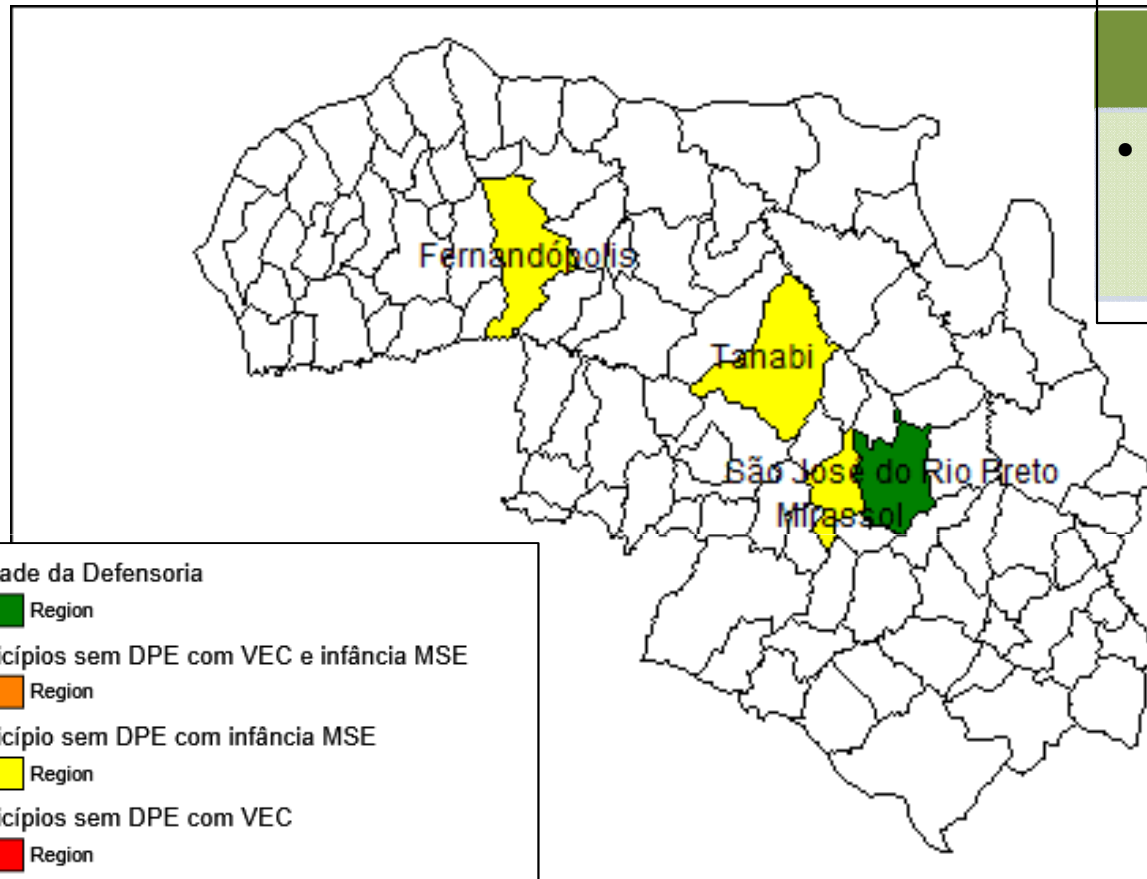
■ Region

Municípios sem DPE com VEC

■ Region

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Ribeirão Preto	Batatais	120			1			371	97	468	0
Ribeirão Preto	Barretos	550			1			258	56	314	0
Ribeirão Preto	Franca	1430		1		1		370	182	552	1
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	11079**		2		2		1396	867	2263	1
Ribeirão Preto	Sertãozinho							1300	120	1420	0

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO



1 cargo

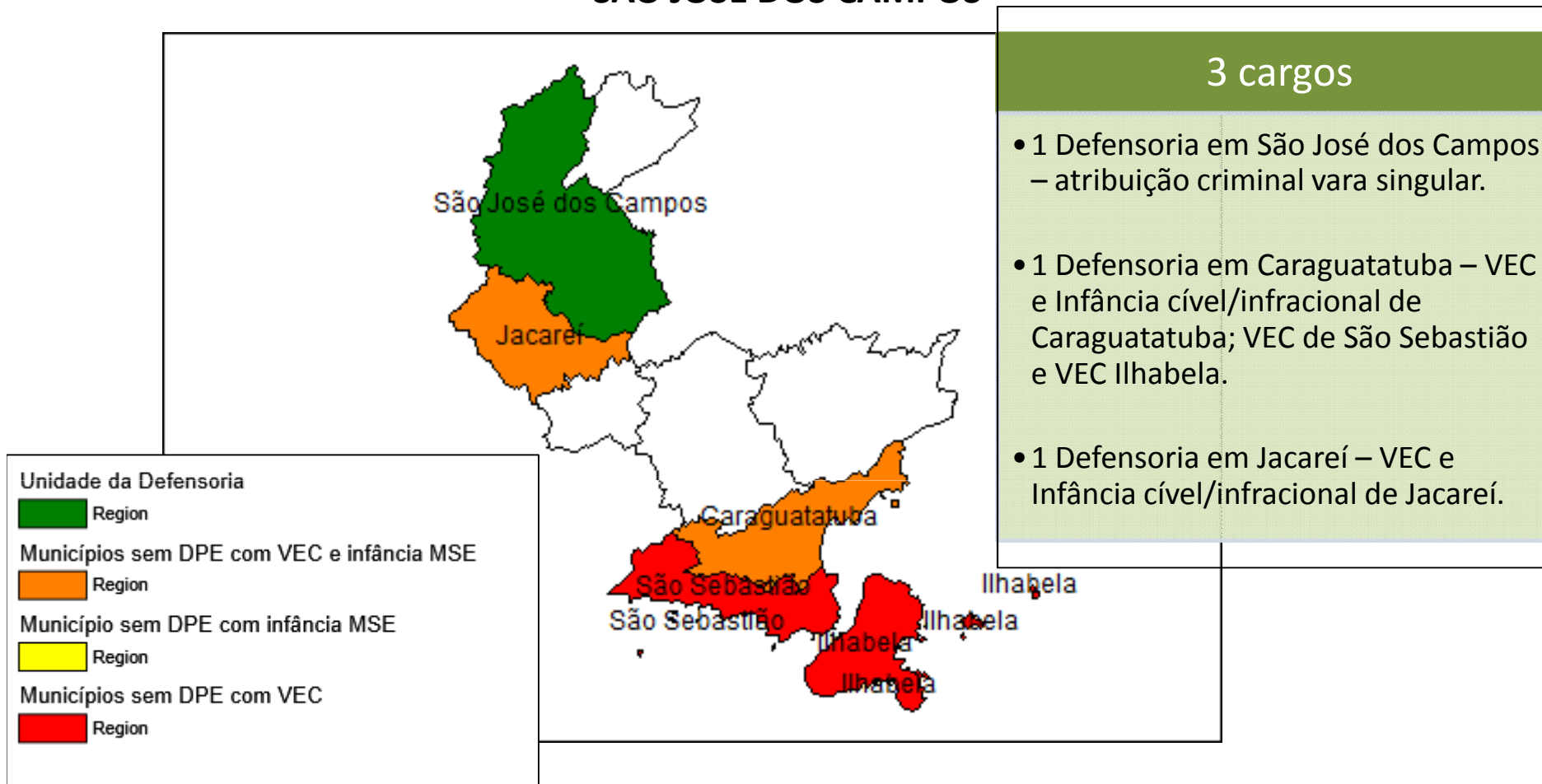
- 1 Defensoria em SJRP – VEC SJRP e Infância MSE de Fernandópolis, Mirassol e Tanabi.

Unidade da Defensoria

- Region
- Municípios sem DPE com VEC e infância MSE**
- Region
- Município sem DPE com infância MSE**
- Region
- Municípios sem DPE com VEC**
- Region

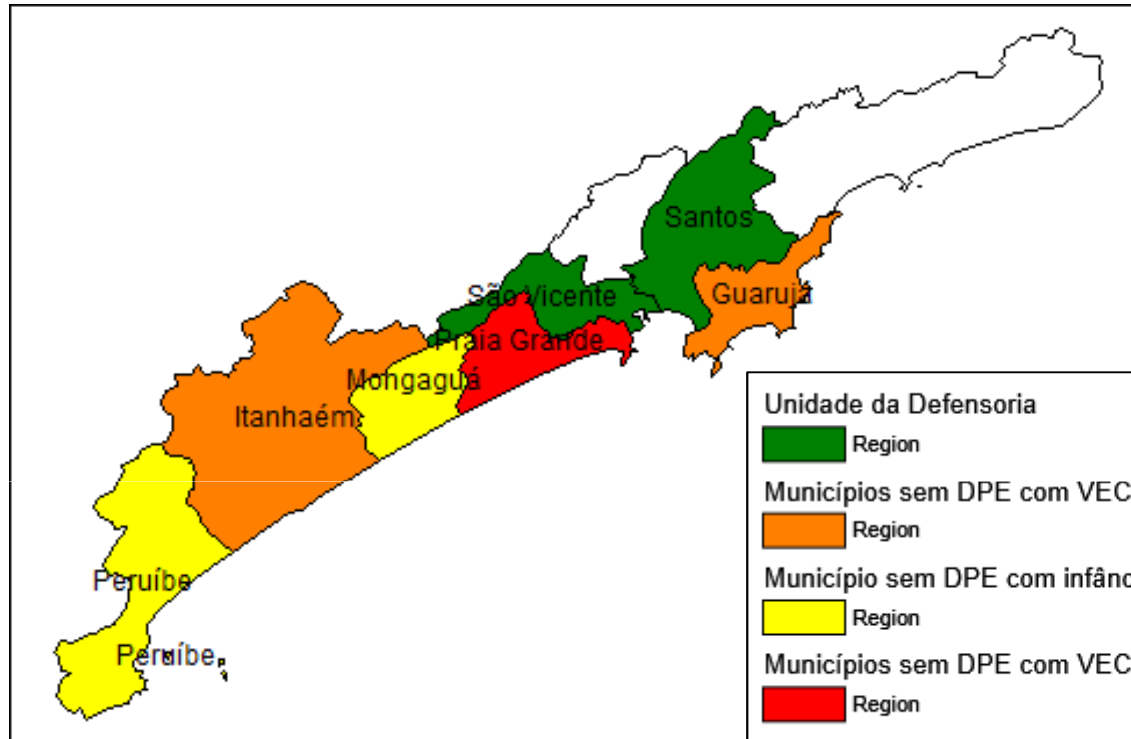
Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
São José do Rio Preto	Fernandópolis							269	140	409	0
São José do Rio Preto	Mirassol							160	147	307	0
São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	5455	1			1		cartório não informou		0	1
São José do Rio Preto	Tanabi							193	95	288	0

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
São José dos Campos	Caraguatatuba	1054			1		1	257	144	401	0
São José dos Campos	Ilhabela	100			1		1				
São José dos Campos	São Sebastião	600			1		1				
São José dos Campos	Jacareí	1250			1			540	347	887	0
São José dos Campos	São José dos Campos	3500**		1		1		1531	603	2134	1

SANTOS



Unidade da Defensoria

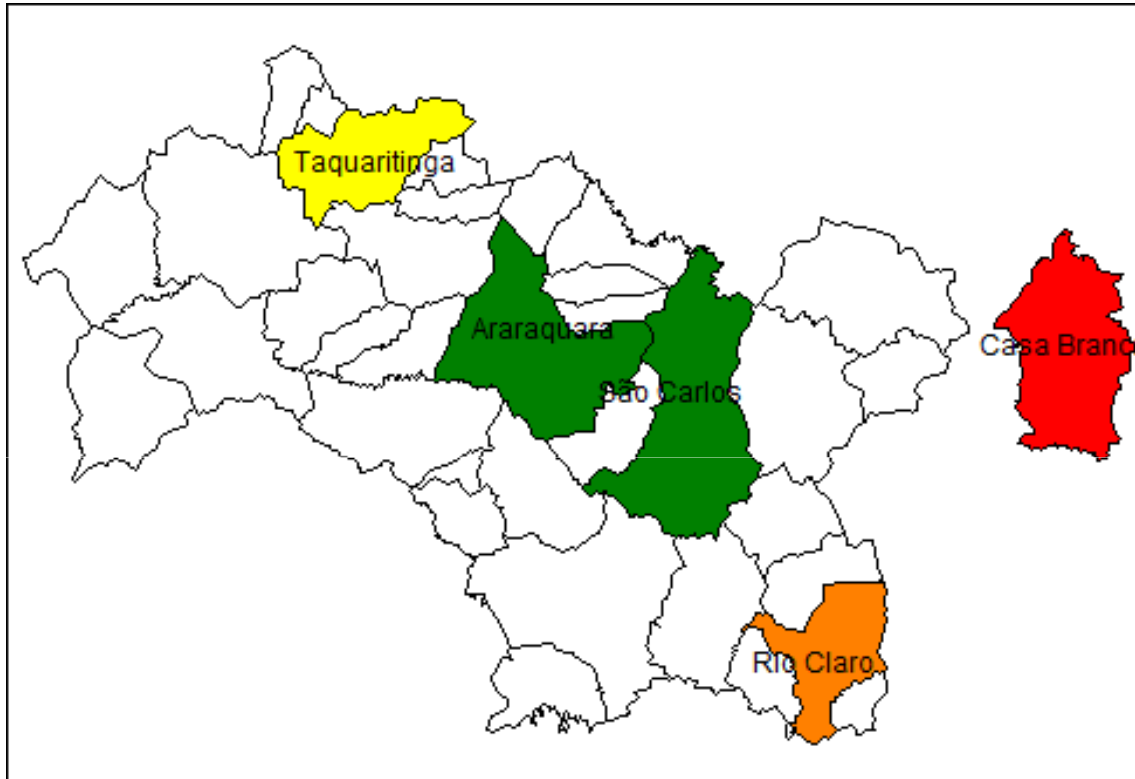
- Region (Green)
- Municípios sem DPE com VEC e infância MSE (Orange)
- Município sem DPE com infância MSE (Yellow)
- Municípios sem DPE com VEC (Red)

3 cargos

- 1 Defensoria em Guarujá – VEC e infância cível/infracional
- 2 Defensorias Praia Grande – 1 VEC Praia Grande e VEC Itanhaém; e 1 com atribuição infância em Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Santos	Praia Grande	1963			1		2				
Santos	Itanhaém	2795**			1		2	170	150	320	0
Santos	Mongaguá							299	197	496	0
Santos	Peruíbe							483	24	507	0
Santos	Guarujá	1500			1		1	735	380	1115	0
Santos	Santos	1227		1		1		980	390	1370	1
Santos	São Vicente	3000	1					1210	220	1430	1

SÃO CARLOS



4 cargos

- 2 Defensorias em Araraquara: com atribuição VEC e criminal vara singular
- 2 Defensorias Rio Claro: 1 com atribuição VEC de Rio Claro e Casa Branca; e 1 com atribuição infância cível/infracional de Rio Claro e Infância MSE de Taquaritinga

Unidade da Defensoria

Region

Municípios sem DPE com VEC e infância MSE

Region

Município sem DPE com infância MSE

Region

Municípios sem DPE com VEC

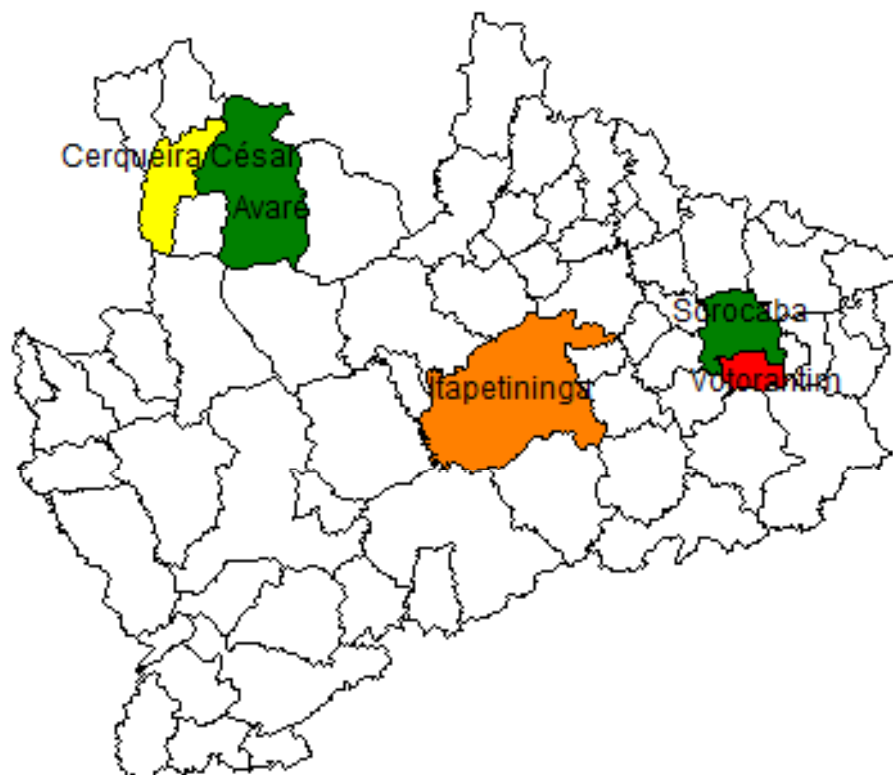
Region

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
São Carlos	Araraquara	2633**		1		1		214	189	403	1
São Carlos	São Carlos	1372			1	1		95	224	319	1
São Carlos	Casa Branca	2600			1		3				
São Carlos	Rio Claro	2546		1			1	1180	490	1670	0
São Carlos	Taquaritinga							487	115	602	0

SOROCABA

3 cargos

- 1 Defensoria em Sorocaba – VEC de Sorocaba e VEC de Votorantim
- 2 Defensorias em Itapetininga: 1 com atribuição VEC em Itapetininga; e 1 com atribuição VEC Itapetininga e infância cível infracional Itapetininga



Unidade da Defensoria

■ Region

Municípios sem DPE com VEC e infância MSE

■ Region

Município sem DPE com infância MSE

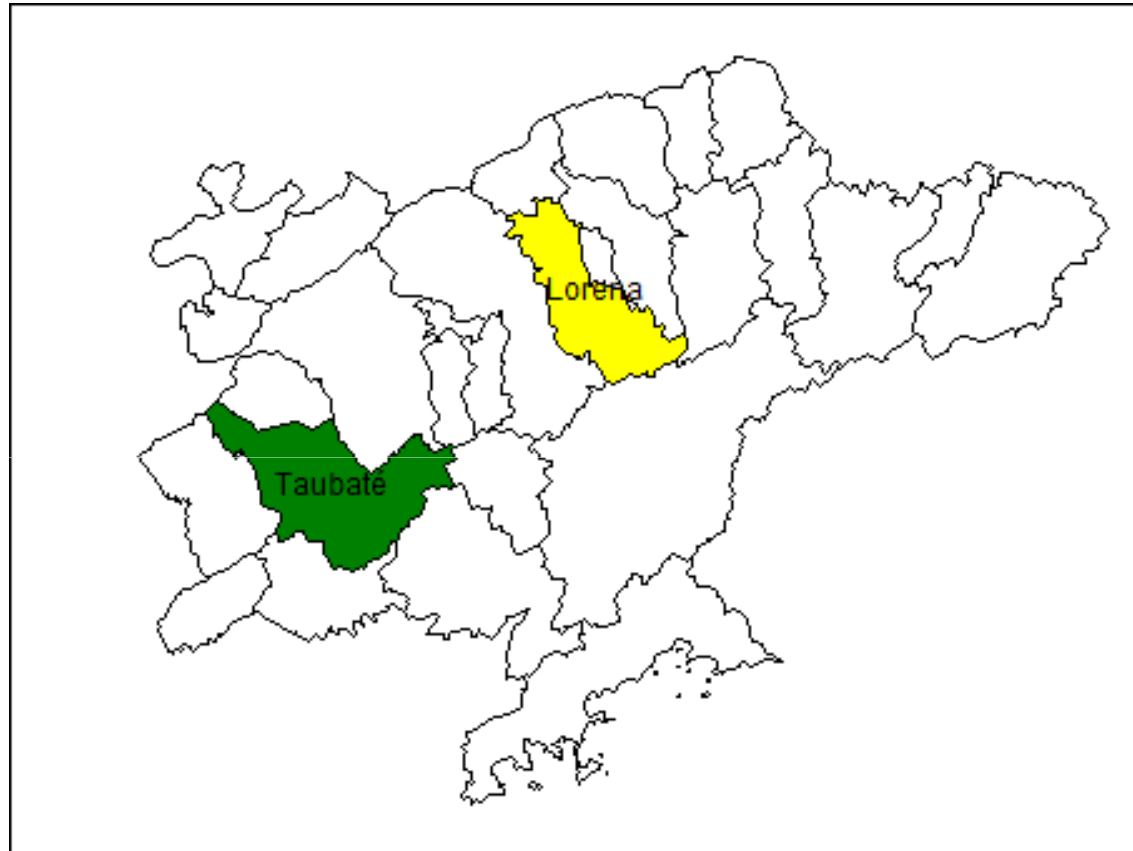
■ Region

Municípios sem DPE com VEC

■ Region

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Sorocaba	Avaré	4500			1	3					
Sorocaba	Cerqueira César							526	94	620	1
Sorocaba	Itapetininga	7000**	1				5	396	266	662	0
Sorocaba	Sorocaba	8589		1		1		677	808	1485	1
Sorocaba	Votorantim	520			1		1				

TAUBATÉ



2 cargos

- 2 Defensorias em Taubaté: 1 com atribuição VEC em Taubaté; e 1 com atribuição VEC em Taubaté e infância MSE Lorena.

Unidade da Defensoria

 Region

Municípios sem DPE com VEC e infância MSE

 Region

Município sem DPE com infância MSE

 Region

Municípios sem DPE com VEC

 Region

Regional DPE	VEC responsável	Execução Criminal						Infância Infracional			
		processos	vec esp.	vara com Júri	vara cumul.	defensor	FUNAP	processos conhecimento	processos execução	total processos	Defensor
Taubaté	Lorena							166	68	234	0
Taubaté	Taubaté	10076*	2			1	1	1850	615	2465	1

ITINERÂNCIA

REGRAMENTO DA ITINERÂNCIA NA DEFENSORIA PÚBLICA

PREMISSAS:

Junção das Regionais
em macrorregiões

Cobertura de todos os
afastamentos perenes

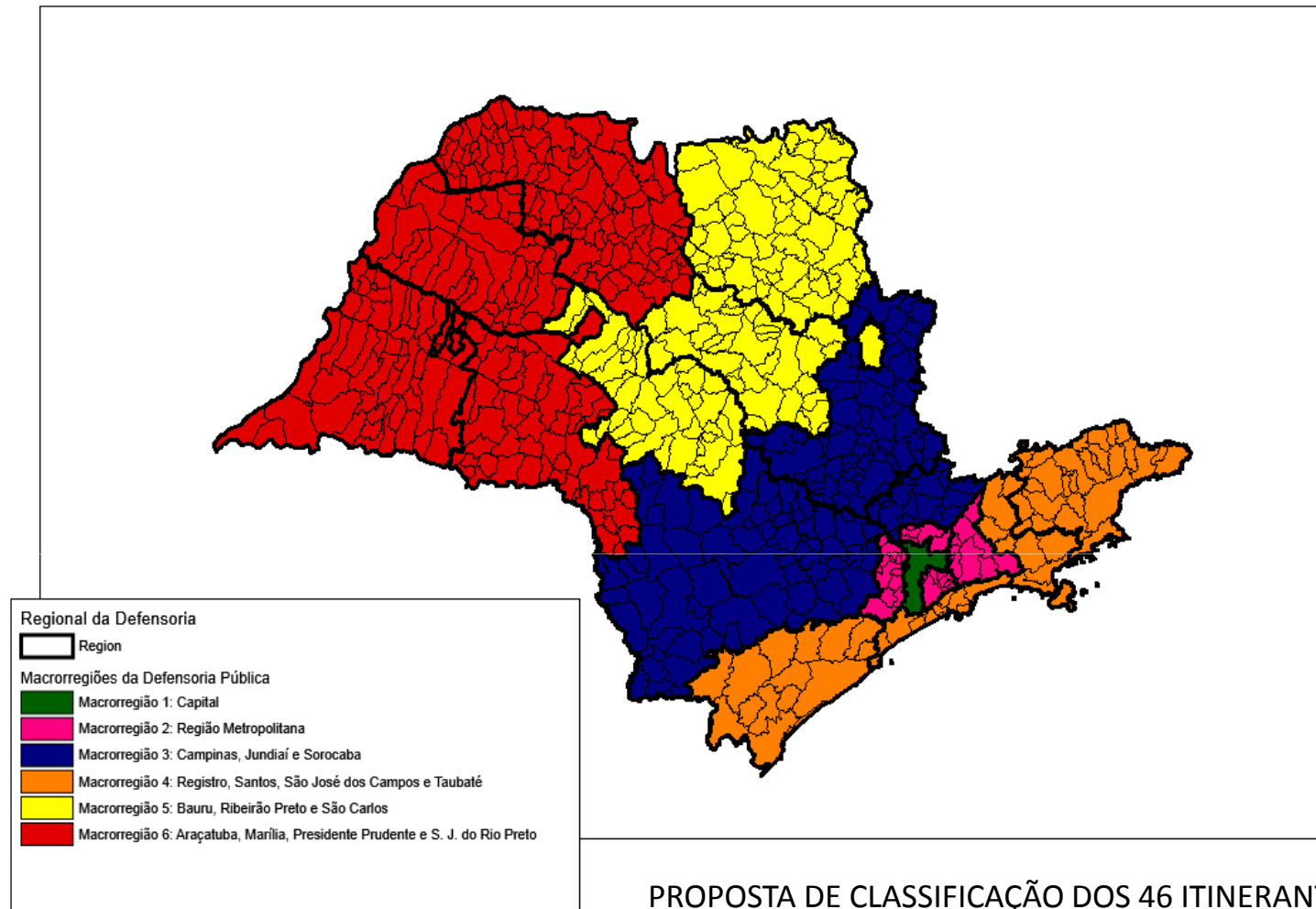
Fixação, em uma
primeira etapa (100
cargos iniciais), do
número equivalente
aos atuais
afastamentos

QUADRO ATUAL DE ITINERANTES: **24** – 21 na Capital; 2 no Interior; 1 na Região Metropolitana da Capital.

NÚMERO DE ITINERANTES NECESSÁRIOS PARA A COBERTURA DOS ATUAIS AFASTAMENTOS PERENES: **41** – **32 na Capital; 5 no Interior** (Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Piracicaba e Santos); **4 na Região Metropolitana da Capital** (ABCD, Guarulhos, Osasco e Carapicuíba).

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE AFASTAMENTOS (imediata): **5** – 1 EDEPE; 1 CORREGEDORIA; 1 CGA; 2 NÚCLEOS (todos na **Capital**).

DIVISÃO DAS MACRORREGIÕES



MACRORREGIÃO 1 – 37 DEFENSORES;
MACRORREGIÃO 2 – 4 DEFENSORES;
MACRORREGIÃO 3 – 2 DEFENSORES;
MACRORREGIÃO 4 – 1 DEFENSOR;
MACRORREGIÃO 5 – 2 DEFENSORES;
MACRORREGIÃO 6 – 0 DEFENSOR.

REGRAMENTO DO PROCEDIMENTO PARA AS DEFENSORIAS ITINERANTES:

Os Defensores itinerantes serão classificados nas macrorregiões e poderão exercer suas atribuições em todas as regionais por elas abrangidas;

A classificação do Defensor itinerante observará a regra do Defensor “espelho” (que se encontra afastado das atribuições ordinárias de forma perene);

Caso não haja, momentaneamente, afastamento perene para ser coberto, o Defensor itinerante deverá, mediante a coordenação da Subdefensoria respectiva, auxiliar nas atribuições dos demais Defensores Públicos da macrorregião em que se encontra classificado;

Eventual deslocamento para macrorregião diversa da classificação original poderá ser feita apenas mediante a expressa concordância do Defensor itinerante afetado, quando não houver na macrorregião outro Defensor itinerante que possa atender à situação verificada;

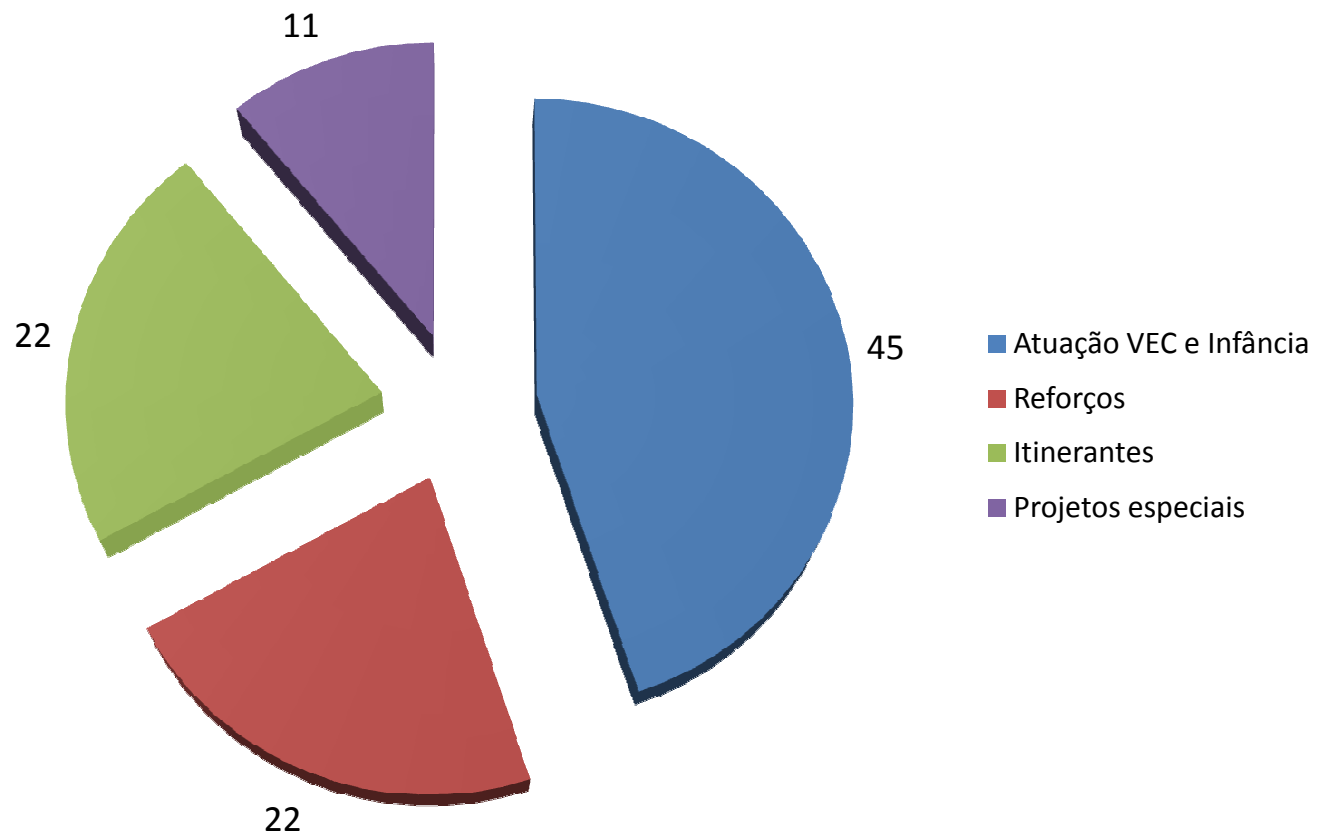
Dentro da macrorregião em que se encontra classificado e enquanto estiver exercendo suas atribuições em substituição a Defensor afastado (“espelho”), o Defensor Público itinerante não fará jus a diárias;

Entende-se por afastamento perene aquele decorrente da assunção de cargo ou função junto aos órgãos da Administração Superior, aos Núcleos Especializados, bem como nas hipóteses previstas no artigo 150, I, II, III, IV, V e VII, da Lei Complementar nº 988/06;

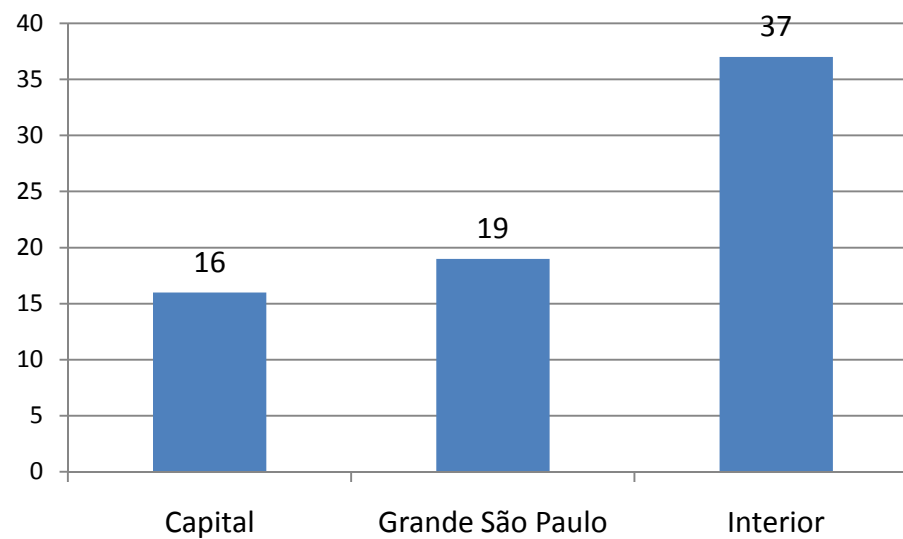
O deslocamento de Defensor itinerante dentro da macrorregião, respeitada a regra do Defensor “espelho”, deverá ser motivado e observará o interesse público.

DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS

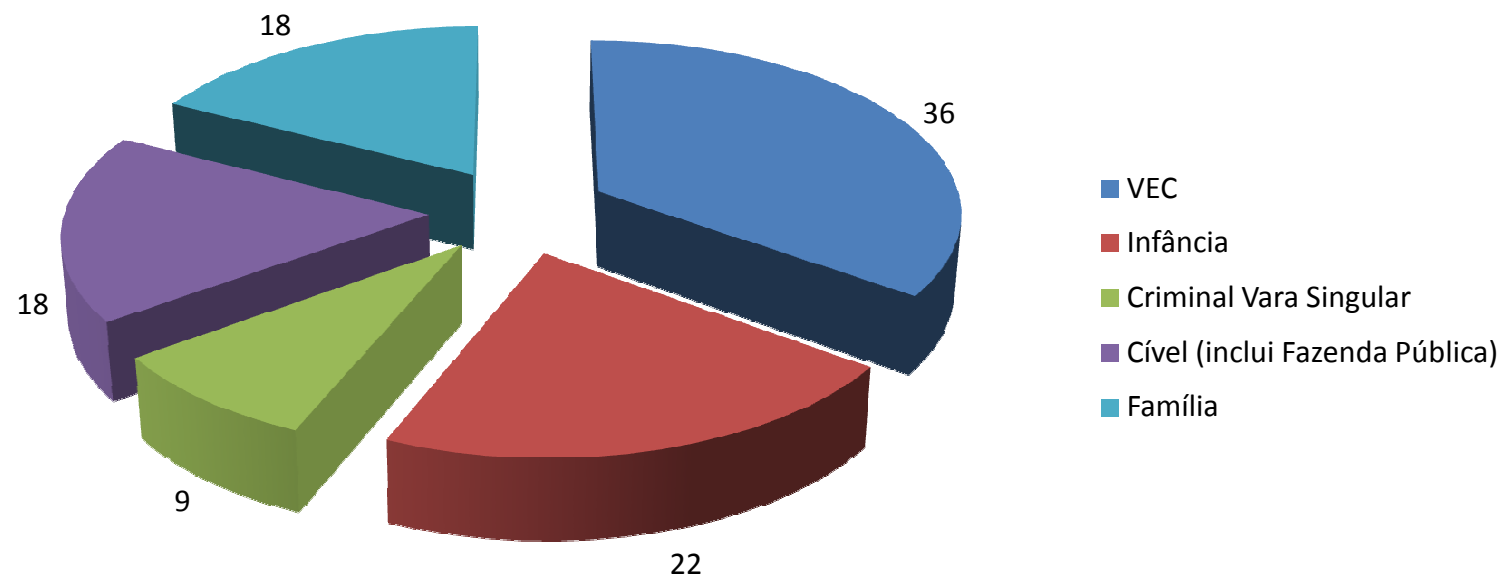
DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS POR DESTINAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS POR REGIÃO
(excluídos itinerantes e projeto presos provisórios)



**NÚMERO DE DEFENSORIAS NOVAS COM ATRIBUIÇÕES POR ÁREA
(inclui Defensorias cumulativas, não inclui itinerantes e projetos especiais)**



ANÁLISE PRELIMINAR DE PROPOSTAS DAS CONFERÊNCIAS
(categorização inicial sujeita a revisão)

**CRIAÇÃO DE CARGOS
(E DESTINAÇÃO PARA ATUAÇÃO ESPECÍFICA)**

1 - Fortalecer o número de defensores no Estado de São Paulo e **intensificar a atuação dentro das comunidades** como instrumento de efetivação dos direitos sociais, estendendo o atendimento móvel da Defensoria Pública às pequenas cidades e bairros distantes dentro das regionais, com mutirões de atendimentos.

2 - **Aumentar o número de atendimentos** diários, o número de **defensores públicos e dos agentes** da Defensoria Pública integrantes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar - CAM, inclusive com a **criação da Defensoria Pública no litoral norte**, e o incremento dos dias de atendimento nos Centros de Integração da Cidadania – CIC.

3 - Garantir o **aumento do número de defensores** públicos com atuação exclusiva na área da **infância e juventude cível e infracional**, em especial nos municípios onde houver unidades de privação de liberdade, estimulando a efetiva integração operacional dos órgãos do sistema de garantia de direitos e especialização das Varas e Delegacias da Infância e Juventude.

4 - Promover o acompanhamento processual integral, com **ampliação dos quadros** da Defensoria Pública, **para garantir assistência jurídica integral ao(à) preso(a)**, bem como realização de trabalho preventivo junto aos familiares da pessoa presa.

5 - Atuar, em defesa da vítima, nos **Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**, e participar do movimento pela ampliação desses Juizados em todo o Estado.

REFORÇO DOS NÚCLEOS

1 - Fortalecer o Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, com a designação de Defensores Públicos em número suficiente e para atuação exclusiva perante o órgão.

2 - Criação de um Observatório da Mulher na Defensoria Pública visando a realização de um diagnóstico regional sobre a violência da mulher, promovendo fóruns e conferências regionais relativos aos direitos das mulheres, visando à integração com as demais entidades e à realização de estudo, sistematização, divulgação e implementação do conjunto de diretrizes aprovadas nestes eventos.

CRIAÇÃO OU CISAÇÃO DE NÚCLEOS

1 - Criar um Núcleo Especializado de proteção do **Meio Ambiente**.

2 - Criar o Núcleo Especializado de **Saúde** na Defensoria, atuar junto aos Conselhos Municipais para orientação do usuário na obtenção de medicamentos, educação em direitos na área da saúde e participar das Conferências de Saúde, mesmo sem assento ou convite formal.

3 - Criar um núcleo especializado de **conflitos agrários**, no interior do Estado de São Paulo, que tenha como atribuições, dentre outras, assessorar os movimentos sociais envolvidos em conflitos agrários, fiscalizar ocupação de terras públicas por empresas privadas e buscar, extrajudicial e judicialmente, a regularização fundiária de assentamentos agrários.

4 - **Cindir o Núcleo do Idoso e da Pessoa com Deficiência** na Defensoria Pública, para criação dos Núcleos Especializados **do Idoso e das Pessoas com Deficiência e Patologia**, pois os assuntos destas esferas devem ser tratados separadamente e com mais eficiência, com aumento do número de cargos de defensores públicos com atuação específica em favor de idosos e de pessoas com deficiência.

REFORMULAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS NÚCLEOS

- Criar **unidades regionalizadas do Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito**.
- Destinar **defensor público especializado na área de Habitação e Urbanismo em cada unidade** e, na impossibilidade, um defensor público especializado em cada Regional.
- **Descentralizar Núcleo da Situação Carcerária**, viabilizando o contato com a sociedade local.
- Maior **descentralização do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher** (NUDEM), inclusive na Defensoria móvel, na Grande São Paulo, interior e litoral, com a constituição de um Comitê de Integração com ações efetivas entre Defensoria e movimentos sociais, visando a discussão, defesa e garantia do direito da mulher e a realização de palestras e constituição de grupos de estudos voltados à discussão dos Direitos da Mulher.
- Criar um **pólo** e cargos específicos de defensores públicos e agentes de Defensoria **em cada Fórum** Regional, visando o atendimento especializado às **mulheres vítimas de violência doméstica**, dando suporte às Varas que atuem em casos desta natureza. Garantir que a mulher possa ter contato com o(a) defensor(a) público(a) antes da audiência e atendimento preferencial.
- Criar **núcleos comunitários de atendimento** nas regiões não contempladas pela Defensoria Pública, utilizando equipamentos públicos (municipais e estaduais) já existentes.

APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA DEFENSORIA / REVISÃO DE ATRIBUIÇÕES

Habitação e Urbanismo / Meio Ambiente

- ✓ Desenvolver campanha com a sociedade na área do Direito Ambiental;
- ✓ Promover a Tutela do Meio Ambiente, acompanhando as leis que se referem ao mesmo;
- ✓ Conscientizar a sociedade civil para prevenção e reparação aos danos ao meio ambiente;
- ✓ Entrar com ações pela não extinção das Feiras Livres;
- ✓ Contribuir na implantação de políticas públicas para migrantes sazonais cortadores de cana;
- ✓ Entrar com ações contra os usineiros, com o objetivo de acabar com as queimadas e coibir práticas ilegais na contratação de mão-de-obra;
- ✓ Intensificar as Ações Cíveis Públicas, de cunho ambiental, para a proteção das bacias hidrográficas nos Rios Estaduais e Federais que cortam o Estado de São Paulo, principalmente nas Áreas de Proteção Permanente (APP) e Várzeas;
- ✓ Garantir a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental;
- ✓ Acompanhar a atuação dos Conselhos Municipais de Política Urbana e Meio Ambiente;
- ✓ Prestar assistência especializada aos movimentos socioambientais;

APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA DEFENSORIA / REVISÃO DE ATRIBUIÇÕES

Habitação e Urbanismo / Meio Ambiente (continuação)

- ✓ Atuar em favor da acessibilidade e mobilidade urbana, notadamente na questão das praças de pedágio;
- ✓ Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: emissão de poluentes;
- ✓ Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: preservação e despoluição de aquíferos e mananciais;
- ✓ Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: interrupção de queimadas e atendimento a pessoas prejudicadas em sua decorrência;
- ✓ Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: manutenção do Código Florestal frente à especulação imobiliária e ao cultivo monocultor;
- ✓ Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: degradação causada por aterros sanitários e lixões;
- ✓ Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: descarte de resíduos industriais;
- ✓ Aprimorar a atuação nas temáticas de meio ambiente e defesa do consumidor

APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA DEFENSORIA / REVISÃO DE ATRIBUIÇÕES

Infância e Juventude

- ✓ Atuar desde a apreensão dos adolescentes nas delegacias e cadeias públicas, promovendo ações para cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e apoiando a criação de núcleos de atendimento inicial para transferência imediata;
- ✓ Garantir a defesa técnica dos adolescentes em processos administrativos.

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

- ✓ Atuar em casos de violência doméstica;
- ✓ Atender mulheres de todas as etnias em situação de violência doméstica, trabalho escravo, tráfico de mulheres, dentre outras;
- ✓ Oferecer tratamento sigiloso, personalizado, humanizado e especializado – com atendimento multidisciplinar – à mulher vítima de violência;
- ✓ A mulher vítima de violência doméstica, por se encontrar em situação de vulnerabilidade, será sempre atendida pela Defensoria Pública, independente da renda, conforme prevê o artigo 28 da Lei Federal nº 11.340/2006, inclusive na fase policial.

APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA DEFENSORIA / REVISÃO DE ATRIBUIÇÕES

Situação Carcerária

- ✓ Pleitear junto aos órgãos relacionados ao sistema penitenciário e correlatos a plena divulgação dos serviços da Defensoria Pública;
- ✓ Promover atendimentos específicos ao(à) preso(a) provisório(a), abrangendo orientação emergencial;
- ✓ Criar Centros de Atendimento Multidisciplinar na área carcerária;
- ✓ Elaborar convênio com outras Defensorias Públicas para tratar da situação de presos(as) de outros Estados;
- ✓ Intensificar o contato pessoal do(a) Defensor(a) Público(a) com o(a) preso(a) provisório(a) para qualificar sua defesa processual;
- ✓ Especializar Defensores(as) para atuar junto aos(às) presos(as) estrangeiros(as);
- ✓ Disponibilizar Defensores(as) em período integral em cada presídio;
Visitar periodicamente estabelecimentos prisionais, a fim de garantir condições satisfatórias de aprisionamento, produzindo relatórios das atividades realizadas;
- ✓ Incrementar a atuação da Defensoria Pública nas fases da prisão e do inquérito policial;
- ✓ Garantir os direitos inerentes à plena reintegração social dos egressos, mediante, inclusive, cooperação técnica de outros órgãos e entidades;

Situação Carcerária (continuação)

✓ Aperfeiçoar o acesso à informação processual, mediante: 1) a efetivação das visitas periódicas a estabelecimentos prisionais; 2) a criação de setor dentro da Defensoria Pública responsável pelo recebimento e resposta de cartas enviadas pelos presos; 3) a atuação visando a implementação de terminais de autoatendimento dentro das unidades prisionais; 4) educação em direitos, no que pertine à competência e atuação dos órgãos do sistema de justiça; 5) facilitar o acesso à Defensoria Pública pelos familiares dos presos, priorizando o contato telefônico e a utilização de correio eletrônico (e-mail), sobretudo quando o familiar residir em local distante de unidade da Defensoria Pública.

Política Institucional

✓ Criar a Comissão Permanente sobre saúde mental, formada por defensores públicos e representantes da sociedade civil organizada, para desenvolver ações conjuntas com a Câmara Técnica de Saúde Mental, Condepe e outros órgãos, visando o acompanhamento às pessoas institucionalizadas em Hospitais Psiquiátricos, e demais usuários de serviços de saúde mental, especialmente com a realização de visitas periódicas em tais estabelecimentos, para assegurar o cumprimento da Lei 10.216/01, bem como para promover a identificação daqueles sem documentos e o registro tardio, quando necessário.